

## Roteiro de Entrevista Gecoq/Sufis/Conab

TC 24.338/2015-0

Fiscalis nº 426/2015

**Entidade:** Companhia Nacional de Abastecimento – Conab

**Objetivo da Reunião:** Colher informações sobre a operacionalização da Fiscalização da CDS.

**Participantes:** Arthur Santos J. da Costa e Francisco Assis Farage Fonseca

**1. A Conab possui o Manual de Fiscalização do PAA/CDS em que é definido que no mínimo 10% dos projetos em execução por estado sejam objeto de fiscalização. Como ocorre a organização das fiscalizações? Há um documento norteador?**

Por meio do calendário solicita os projetos em execução dos estados (6 estados). Solicita planejamento e sorteia a amostra. Aleatoriamente identifica o projeto que será feito a fiscalização. É feito Ata para realização da amostragem Nota Fiscal, recibo de entrega de posse desta documentação é verificado em campo se realmente ocorreu. São empregados da CONAB que fazem a fiscalização. Fazem outras atividades também, não são subordinados a SUFIS, são subordinados às regionais.

Existe proposta de reestruturar a fiscalização, no qual a proposta precisa 140 fiscais subordinados a SUFIS. Ainda em andamento a proposta, não aprovada ainda.

**2. Esse percentual de 10% por estado é respeitado? Há uma conciliação das inconformidades ou irregularidades mais comuns nos projetos por região?**

Sim, sempre superior. Tem o indicador de qual irregularidade é mais frequente por região

**3. Quais unidades da Conab participam do processo de fiscalização? (Sufis, Suregs (são fiscais))**

SUFIS/SUREG/SUPAF. Executa apenas SUFIS. SUREG fornece apoio administrativo (carro, disponibiliza os fiscais e informação de processos a serem fiscalizados). A coordenação, seleção de amostra é toda feita pela SUFIS.

Classificação dos enquadramentos são: regular, irregular, não conforme e com recomendação. Após fiscalização são encaminhados os resultados para as SUREGs e SUPAF para que sejam tomadas as providências.

**4. Como ocorre a comprovação de que o beneficiamento ou processamento do produto foi realizado pelo agricultor familiar ou por outra entidade (na quantidade correta da agricultura familiar)? Como ocorre a comprovação que ao menos uma das matérias primas foi produzida pelo agricultor familiar?**

Entrevista com produtor familiar. Quantidade entregue, produtos relacionados ao produto final. Caso seja irregular registra-se a ocorrência e pondera se é dolo ou não (gravidade da irregularidade). Na entrevista fotografa a produção. Produtor rural geralmente fala a verdade. Do ponto de vista SUFIS o presidente da cooperativa tem conhecimento de todos os fatos que ocorrem, inclusive as irregularidades.

**5. Há um controle do percentual de Projetos reprovadas nas fiscalizações? Se sim, quais os dados apurados? Onde são encontradas mais irregularidades (Organização fornecedora, beneficiário fornecedor, ou unidade recebedora)?**

Sim, conforme relatório. São encontrados irregularidades por estado separados. Geralmente presidente da Associação é o envolvido.

Irregularidade quando associação para fechar valor mais alto no projeto pega a DAP de todos agricultores, mesmo não tendo capacidade de produção e coloca no projeto. Ai compra no mercado o produto e fornece pelo PAA para manter o valor do projeto. A fiscalização tenta identificar essa irregularidade, mas não consegue inibir, apenas algumas. Uma irregularidade em um projeto de 200 fornecedores e todos são prejudicados pelo critério da CONAB.

**6. Nas fiscalizações realizadas são verificadas se as DAPs apresentadas no momento da proposta de participação permanecem válidas? Há parâmetros definidos para avaliar se a área cultivada pelo beneficiário fornecedor é ou não suficiente para a produção alegada?**

Se DAP encontra-se vencida é solicitado que revalide e não forneça enquanto a DAP estiver vencida. Quanto a área, como o valor é muito baixo, pequenas quantidades de áreas são suficientes. Quando a produção é muito grande verifica-se a coerência das informações.

**7. Há alguma avaliação da capacidade de distribuir alimentos pela unidade recebedora (relacionada a quantidade de alimentos recebida ou da quantidade de pessoas atendidas) no momento da fiscalização? Há indicadores para auxiliar uma avaliação nesse sentido?**

Faz entrevista com unidade recebedora para quantidade de distribuição, capacidade de estoque, capacidade de distribuição. Ocorre ajuste ao longo do ano. Ideal é ver se a quantidade beneficiada no início do projeto ser correta. Quem passa essa informação é a cooperativa. No novo modelo que vai passar esses dados são os CRAs, EMATER.

Indicador da fiscalização do programa. A área executora que deve usar os indicadores gerados pela SUFIS.

**8. Na fiscalização é realizado algum procedimento para verificar se há descompasso entre a oferta e a demanda de produtos? Pela experiência, qual a destinação de eventual excedente de produtos entregues à Unidade Recebedora?**

Verifica-se se o consumo está adequado. Verifica-se assinatura na TRA, qualidade do produto, entrega no endereço acordado. Quando entrega no banco de alimentos é mais fácil de controlar do que diretamente em escolas, asilos. Dificuldade da CONAB saber a quantidade que não foi entregue pelo fornecedor, que seria o valor a ser ressarcido.

**9. O processo de fiscalização e de penalidades aplicadas está integrada aos sistemas de informação do PAA (SIGPAA)? Se não, quais potenciais prejuízos ao Programa?**

Ainda não está integrado, é tudo documento em papel. Não está integrado ao SIGPAA o processo de fiscalização. Caso fosse informatizado durante a fiscalização facilitaria pois poderia filtrar por cooperativa sua produção no semestre por exemplo. Falta a pós fiscalização ter um prazo para cumprimento.

**10. Após a realização de fiscalização e eventual aplicação de penalidades, houve, na percepção da Conab, melhoria dos projetos de CDS na região? Se sim, há evidências dessa melhora?**

Foram reduzidos após fiscalização. O produtor vê vantagem em ser fiscalizado. Os irregulares agricultores começaram a ficar de fora. Ainda é grande o índice 53%, mas os com dolo/má fé são apenas 10% (geralmente atravessador ou intermediário no processo).

Indicadores de relatório indicavam evidências de redução. Hoje na regional não há segregação de função, o funcionário realiza a análise do projeto, a execução e o pagamento (caso do Nordeste).

**11. Quais oportunidades de melhoria você indicaria para o maior sucesso do Programa de Aquisição de Alimentos, em especial da Compra com Doação Simultânea?**

Setor do PAA ( SUREG) engajada no projeto. Melhorar a validação na viabilidade técnica do projeto. Mostrar para a cooperativa as penalidades do programa. Falta treinamento aos fiscais regionais.

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - SECEXAMBIENTAL**  
**Auditoria Operacional – Programa de Aquisição de Alimentos**

**Órgão ou Entidade:** Conab. **Data:** 17/11/2015 **Horário:** 14:30 **Local:** Conab – SGAS 911, Asa Sul.

#	Nome do Participante	Função/Cargo	Telefone	E-mail	Assinatura
1	Francisco De Assis Fariaga Fonseca	SUPERINTENDENTE		francisco.fariaga@conab.gov.br	
2	ARTHUR SAMOS S. DOS COSTAS	GERENTE	3332-6248	ARTHUR.COSTAS@CONAB.GOV.BR	
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					

Observações:

---



---



---